

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A FORMAÇÃO DE VALORES E O PAPEL DOCENTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA SUSTENTÁVEL



ENVIRONMENTAL EDUCATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: VALUE FORMATION AND THE TEACHER'S ROLE IN BUILDING A SUSTAINABLE CULTURE

ALEXANDRA VALERIA PESSOA PIRES

Possui licenciatura em Pedagogia pela Universidade Paulista (2013), em Filosofia (2025) e em História (2026) pelo Centro Universitário Cidade Verde. Possui aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC (2016) e especializações em Gestão Escolar pela Faculdade Campos Elíseos (2016), Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Deficiência Intelectual e Múltipla pela Universidade Candido Mendes (2017) e Integração de Dispositivos Móveis em Sala de Aula pela Faculdade Paulista (2023). É professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino de São Paulo desde 2017.

RESUMO

Este artigo analisa a importância da Educação Ambiental na Educação Infantil, considerando a escola como espaço para a formação de valores, hábitos e atitudes relacionados ao cuidado com o meio ambiente. O objetivo é compreender como a temática ambiental pode integrar a formação das crianças e discutir o papel dos educadores na consolidação de práticas permanentes, coerentes e capazes de ultrapassar ações pontuais. A investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, periódicos, documentos educacionais e legislação. A discussão articula aspectos históricos da Educação Infantil e da Educação Ambiental, a relação entre educação e sustentabilidade e os desafios associados à formação docente. A análise indica que práticas ambientais restritas a projetos ocasionais ou datas comemorativas são insuficientes para promover mudanças duradouras. Conclui-se que a Educação Ambiental deve constituir processo contínuo, integrado à rotina escolar e sustentado pelo exemplo dos profissionais, pela participação institucional e pela formação permanente dos professores.

Os resultados são discutidos à luz da legislação brasileira e de iniciativas internacionais voltadas à integração da Educação Ambiental ao currículo escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Infantil; Sustentabilidade; Formação Docente.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of Environmental Education in Early Childhood Education, viewing the school as a space for fostering values, habits, and attitudes related to caring for the environment. The objective is to understand how environmental themes can be integrated into children's development and to discuss the role of educators in establishing consistent, long-lasting practices that go beyond sporadic actions. The study is based on a literature review drawing from books, articles, journals, educational documents, and legislation. The discussion connects historical aspects of Early Childhood Education and Environmental Education, the relationship between education and sustainability, and the challenges associated with teacher training. The analysis indicates that environmental practices limited to occasional projects or commemorative dates are insufficient to foster lasting change. It concludes that Environmental Education must be a continuous process, integrated into the school routine and supported by the example set by professionals, institutional participation, and ongoing teacher training.

The results are discussed in light of Brazilian legislation and international initiatives aimed at integrating Environmental Education into the school curriculum.

Keywords: Environmental Education; Early Childhood Education; Sustainability; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

A educação ocupa lugar central na formação humana por participar da construção de valores, opiniões, hábitos e formas de convivência. Na Educação Infantil, esse papel assume relevância, uma vez que a criança amplia suas relações para além do núcleo familiar e passa a experimentar situações de convivência, brincadeira, cooperação, cuidado, respeito e reconhecimento do outro. O ambiente escolar, portanto, não se restringe à preparação para etapas posteriores da escolarização, constituindo-se como espaço de formação social, no qual atitudes e valores são construídos por meio das interações cotidianas.

Nesse contexto, a Educação Ambiental configura-se como dimensão essencial da formação integral das crianças. O agravamento dos problemas ambientais decorrentes da ação humana evidencia a necessidade de promover conhecimentos, atitudes e comportamentos voltados à preservação do meio ambiente, ao uso responsável dos recursos naturais e à compreensão das relações entre sociedade e natureza. Dessa forma, compreender como a Educação Ambiental pode integrar o cotidiano da Educação Infantil torna-se fundamental para fortalecer práticas pedagógicas que buscam contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade. Ao mesmo

tempo, a literatura aponta que a efetivação dessa proposta ainda encontra desafios relacionados à formação dos professores e à incorporação da temática ambiental como prática permanente no cotidiano escolar.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da Educação Ambiental na Educação Infantil, destacando sua contribuição para a formação de valores e o papel dos educadores na consolidação de práticas sustentáveis. Especificamente, busca-se recuperar aspectos da constituição histórica da Educação Infantil; apresentar os principais marcos da Educação Ambiental e de sua institucionalização no Brasil; discutir a relação entre Educação Ambiental, sustentabilidade e cotidiano escolar; e refletir sobre a formação docente como condição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas permanentes e coerentes com os princípios da sustentabilidade. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em livros, artigos científicos, documentos legais e demais produções acadêmicas relacionadas à Educação Infantil, à Educação Ambiental e à formação docente.

O artigo está organizado em quatro momentos. Inicialmente, apresenta-se um panorama histórico da Educação Infantil, destacando sua constituição como etapa da Educação Básica. Em seguida, discutem-se os fundamentos da Educação Ambiental e sua institucionalização no Brasil. Posteriormente, aborda-se a relação entre Educação Ambiental, sustentabilidade e formação de valores na infância. Por fim, analisa-se a importância da formação docente para a consolidação de práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental no cotidiano escolar, evidenciando os desafios e as possibilidades para a efetivação dessas práticas. Espera-se, com essa discussão, contribuir para ampliar as reflexões acerca do papel da escola e dos educadores na formação de crianças conscientes e comprometidas com a preservação do meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO SOCIAL E CIDADÃ

Para a compreensão do lugar ocupado pela Educação Infantil, deve-se considerar que as concepções de infância e de atendimento à criança foram historicamente construídas. Em diferentes períodos, a criança foi tratada segundo valores, necessidades econômicas e formas de organização social próprias de cada contexto. Demonstrando que o reconhecimento da infância como etapa que demanda cuidados e processos educativos específicos não ocorreu de maneira imediata.

Na sociedade medieval descrita no material consultado, a criança era frequentemente integrada ao universo adulto de forma precoce. A transformação dessa perspectiva ocorreu gradualmente e foi acompanhada por mudanças religiosas, sociais e educacionais. COSTA (2002) descreve que, na sociedade medieval, a educação estava fortemente vinculada às instituições religiosas, contexto em que a infância ainda não era compreendida como uma etapa com necessidades educativas próprias.

A Revolução Industrial também interferiu na organização do atendimento infantil. A crescente presença das mulheres no trabalho fabril impulsionou a criação de instituições destinadas a receber seus filhos, inicialmente marcadas por caráter assistencial. O cuidado, a alimentação e a proteção apareciam como funções predominantes. Posteriormente, estudos sobre desenvolvimento infantil e propostas pedagógicas passaram a ampliar o significado dessas instituições, deslocando-as gradualmente de uma perspectiva exclusivamente assistencial para uma compreensão educativa.

No Brasil, a história do atendimento à infância igualmente esteve ligada às condições sociais e econômicas. O material analisado menciona a criação de jardins de infância e instituições de proteção a partir do final do século XIX, além de iniciativas de assistência, higiene e saúde nas primeiras décadas do século XX. Kuhlmann (2005) situa a creche historicamente como instituição auxiliar da família, particularmente relacionada às necessidades decorrentes do trabalho materno. Essa origem ajuda a compreender a longa convivência entre funções assistenciais e educativas.

Ao longo do século XX, transformações legais e institucionais fortaleceram o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional são mobilizados como marcos desse processo. A LDB nº 9.394/1996 consolidou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, reforçando sua dimensão pedagógica e sua inserção no sistema educacional.

Esse percurso é importante para a discussão ambiental porque a Educação Infantil constitui período de intenso desenvolvimento e socialização. A criança aprende não somente por instruções verbais, mas pela observação, pela convivência e pela repetição de práticas. Campos e Rosemberg (1995) destacam, entre critérios de qualidade do atendimento, direitos relacionados à brincadeira, ao acolhimento, à segurança, ao desenvolvimento da curiosidade e ao contato com a natureza. Desse modo, o meio ambiente pode integrar as experiências infantis não como assunto externo ao currículo vivido, mas como parte das relações que a criança estabelece com os espaços, objetos, pessoas e demais formas de vida.

Hábitos relacionados ao uso da água, ao descarte de resíduos, à conservação dos espaços, ao cuidado com plantas e animais e ao consumo podem ser trabalhados por meio de experiências concretas. Entretanto, para que essas experiências adquiram significado, precisam estar vinculadas à rotina e à coerência das ações adultas. A criança que recebe uma orientação e presencia uma prática oposta pode encontrar dificuldade em compreender o valor que se pretende desenvolver.

Portanto, reconhecer a Educação Infantil como espaço de formação cidadã significa compreender que as aprendizagens ambientais ultrapassam a transmissão de informações. Elas envolvem atitudes, relações e modos de participar da vida coletiva. A escola pode contribuir para que a criança perceba que o ambiente é compartilhado e que as escolhas individuais possuem consequências para outras pessoas e para a coletividade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAJETÓRIA, FUNDAMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO

A preocupação com os impactos humanos sobre a natureza possui antecedentes históricos, mas a discussão ambiental ganhou visibilidade no século XX. Pelicioni (2005) assinala que denúncias e medidas destinadas a disciplinar a interferência humana sobre o ambiente acompanham diferentes períodos históricos. A publicação de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, na década de 1960, aparece no trabalho como acontecimento de forte repercussão para a problematização pública dos efeitos da ação humana sobre os ecossistemas.

A Educação Ambiental desenvolveu-se nesse cenário de ampliação da consciência acerca dos limites e consequências do modelo de desenvolvimento. Inicialmente, questões ambientais eram frequentemente aproximadas da Ecologia. Contudo, Pelicioni (2005) chama atenção para a insuficiência de uma abordagem concentrada somente no equilíbrio dos ecossistemas e em seus efeitos, quando os fatores sociais, econômicos e culturais que produzem os problemas também precisam ser compreendidos. Essa ampliação desloca a Educação Ambiental para uma perspectiva que relaciona natureza, sociedade, cultura, política, ética e cidadania.

Em 1968 a UNESCO já defendia que a Educação Ambiental não deveria permanecer circunscrita a uma disciplina isolada. No mesmo período, o Clube de Roma reuniu especialistas preocupados com as relações entre economia, sociedade e ambiente. A publicação de *Os Limites do Crescimento*, em 1972, reforçou o debate acerca da incompatibilidade entre crescimento ilimitado e recursos naturais finitos.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, constitui outro marco destacado no estudo. As discussões internacionais favoreceram a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e estimularam a formulação de programas de Educação Ambiental. Os princípios consolidados nas conferências internacionais passaram a compreender a Educação Ambiental como um processo contínuo, interdisciplinar e integrado às diferentes realidades sociais.

A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em Tbilisi, em 1977, consolidou os objetivos e princípios que influenciaram o campo da Educação Ambiental. Posteriormente, a Rio-92 fortaleceu internacionalmente a relação entre ambiente e desenvolvimento sustentável, reforçando a necessidade de transformar compromissos em ações.

Esse conjunto histórico permite compreender a Educação Ambiental como processo que não se limita à aquisição de conhecimentos sobre fenômenos naturais. Ela busca contribuir para a formação de sujeitos capazes de interpretar problemas, relacionar causas e consequências e participar de decisões e práticas voltadas à qualidade ambiental. Pelicioni (2000) associa essa formação ao exercício da cidadania e à construção de uma base conceitual técnica e cultural que permita enfrentar obstáculos ao uso sustentável do meio.

Já no Brasil, diferentes momentos de institucionalização das questões ambientais podem ser analisadas. Entre eles estão a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, iniciativas de formação

de professores, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, ações do Ministério da Educação, a Constituição Federal de 1988, a criação do IBAMA e o Programa Nacional de Educação Ambiental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais também são destacados por incorporarem o meio ambiente como tema transversal.

Especial importância é atribuída à Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Onde a Educação Ambiental é definida como processo pelo qual indivíduos e coletividades constroem valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências relacionados à conservação ambiental. A lei estabelece ainda seu caráter essencial e permanente na educação nacional, devendo estar articulada nos diferentes níveis e modalidades do processo educativo.

Para a Educação Infantil, essa previsão possui implicação direta: a legislação situa a Educação Ambiental no âmbito da Educação Básica e determina que seja desenvolvida como prática integrada, contínua e permanente. O mesmo documento indica que ela não deve ser implantada, como regra, na forma de disciplina específica no currículo, mas incorporada ao processo educativo. Essa perspectiva converge com o argumento central do estudo: mais importante do que criar momentos isolados dedicados ao meio ambiente é incorporar valores e práticas ambientais às experiências cotidianas.

A Política Nacional de Educação Ambiental também atribui importância à formação dos professores, ao prever a presença da dimensão ambiental nos currículos de formação inicial e complementar dos docentes em exercício.

Os marcos históricos e institucionais examinados demonstram que a Educação Ambiental avançou de uma preocupação predominantemente ecológica para uma concepção mais ampla, interdisciplinar e social. O desafio desloca-se da simples defesa da importância do tema para a construção de formas efetivas de integrá-lo ao cotidiano educativo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E FORMAÇÃO DE VALORES NA INFÂNCIA

A relação entre Educação Ambiental e sustentabilidade constitui eixo central do trabalho analisado. Sustentabilidade, nessa abordagem, não corresponde apenas à preservação abstrata de recursos naturais, mas envolve modos de vida, valores, responsabilidades e escolhas.

Jacobi (2003) contribui para essa compreensão ao relacionar sustentabilidade a uma perspectiva que supera leituras reducionistas e articula diálogo entre saberes, participação e valores éticos. Essa visão é particularmente significativa no campo educacional porque impede que o meio ambiente seja tratado como um conjunto isolado de conteúdos. A questão ambiental passa a ser compreendida na relação entre sociedade e natureza e, portanto, vinculada às práticas sociais e aos processos de formação.

Na Educação Infantil, essa articulação pode ocorrer por meio de situações simples e recorrentes. Cuidar dos espaços coletivos, evitar desperdícios, observar a natureza, compreender que materiais possuem destinos diferentes, participar de atividades de conservação e desenvolver respeito por outras

formas de vida são experiências que podem contribuir para a construção de valores. A importância dessas ações reside menos em sua complexidade e mais em sua continuidade e significado.

Corre-se o risco de a Educação Ambiental ser transformada em modismo ou em conjunto de eventos esporádicos. Trabalhar o tema somente em datas comemorativas, palestras, campanhas ou gincanas pode produzir sensibilização momentânea sem alterar hábitos. A mudança cultural requerida pela sustentabilidade demanda repetição, acompanhamento, reflexão e coerência institucional.

A transformação de valores e comportamentos depende de processos educativos permanentes e das relações estabelecidas nos diferentes espaços de convivência. Na infância, a influência do exemplo é especialmente relevante: adultos que orientam sobre preservação e, simultaneamente, desperdiçam recursos enfraquecem a mensagem pedagógica.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, conforme discutido no trabalho, destaca que valores se concretizam na prática cotidiana e são construídos também no convívio social. Essa proposição reforça a necessidade de coerência entre os valores que a instituição pretende desenvolver e suas ações. Portanto, a Educação Ambiental precisa alcançar não apenas atividades dirigidas às crianças, mas também a organização dos espaços, a utilização de materiais, as rotinas de higiene, alimentação e consumo e as decisões tomadas pelos profissionais.

Uma cultura sustentável na escola não depende necessariamente de alterações estruturais complexas para começar. O próprio trabalho conclui que é fundamental proporcionar às crianças condições para incorporar atitudes de preservação em seu cotidiano. Pequenas práticas, quando vinculadas a uma compreensão mais ampla e repetidas de modo coerente, podem constituir oportunidades educativas.

A contribuição da Educação Infantil está na formação de sensibilidades, valores e disposições para agir. A criança participa de um processo educativo que pode ajudá-la a perceber relações de interdependência e responsabilidade, ao mesmo tempo em que escola, educadores, famílias e comunidade compartilham o compromisso de construir ambientes mais coerentes com os princípios ensinados.

A Educação Ambiental também pode favorecer aprendizagens que atravessam diferentes dimensões do desenvolvimento infantil. A observação do ambiente estimula curiosidade; o cuidado coletivo favorece cooperação; a discussão sobre consumo e desperdício permite desenvolver noções de responsabilidade; e a interação com elementos naturais amplia experiências sensoriais e cognitivas. Assim, não se trata de acrescentar uma temática externa à Educação Infantil, mas de reconhecer possibilidades ambientais existentes nas próprias experiências educativas.

Quando integrada ao cotidiano, a sustentabilidade deixa de aparecer como conceito distante e passa a ser experimentada como modo de relacionamento com o espaço comum. A repetição de práticas responsáveis, acompanhada de explicações adequadas à idade e de oportunidades de participação, pode contribuir para que atitudes deixem de ser cumpridas apenas por ordem do adulto e adquiram progressivamente significado para a criança.

Essa perspectiva também é reforçada por iniciativas internacionais recentes. A UNESCO (2024)

destaca que a integração da Educação Ambiental ao currículo escolar deve ocorrer de forma contínua e articulada às práticas pedagógicas, promovendo experiências significativas desde os primeiros anos de escolarização. Além disso, enfatiza que a construção de uma cultura de sustentabilidade depende da formação dos professores e do envolvimento de toda a comunidade escolar, fortalecendo a aprendizagem por meio de ações concretas e contextualizadas.

FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA AMBIENTAL

A efetividade da Educação Ambiental na Educação Infantil depende, em grande medida, da atuação docente. O professor organiza experiências, seleciona situações pedagógicas, interpreta acontecimentos do cotidiano e funciona como referência de comportamento. Por isso, a dificuldade do educador em compreender a temática ambiental ou transformá-la em prática pode limitar sua presença na rotina escolar.

Apesar do reconhecimento da importância da Educação Ambiental, muitos desafios ainda dificultam sua integração ao cotidiano escolar. Entre eles destacam-se a necessidade de ampliar conhecimentos, desenvolver estratégias pedagógicas e fortalecer a formação docente, elemento indispensável para a consolidação de práticas permanentes.

Cascino (2003) observa que, em determinadas práticas ambientais, a responsabilidade pelo desenvolvimento das atividades nem sempre é associada ao professor, sendo deslocada para monitores, guias ou agentes multiplicadores. Esse deslocamento pode favorecer a compreensão equivocada de que a Educação Ambiental é uma especialidade externa ao trabalho pedagógico cotidiano. Entretanto, se o objetivo é constituí-la como processo contínuo e integrado, o professor precisa assumir papel ativo.

A formação docente não deve ser compreendida apenas como aquisição inicial de conhecimentos, mas como processo permanente de atualização e reflexão sobre a prática pedagógica. No campo da Educação Ambiental, essa continuidade é essencial para que o professor desenvolva competências capazes de integrar a temática ambiental às experiências cotidianas das crianças.

Sauvé (2006) relaciona a formação continuada de professores aos princípios da intervenção educativa ambiental, destacando que o desenvolvimento profissional deve possibilitar ao educador transformar conhecimentos ambientais em experiências pedagógicas adequadas ao contexto das crianças.

Essa conversão exige planejamento. Um projeto sobre água, por exemplo, perde força quando o desperdício permanece naturalizado nas práticas da própria escola. Uma atividade sobre resíduos pode se tornar contraditória quando os adultos não demonstram cuidado com o descarte cotidiano. A formação docente, portanto, deve incluir reflexão sobre a coerência entre discurso e ação.

O professor não atua isoladamente. A gestão escolar e os demais profissionais também interferem na cultura institucional. De modo que as práticas sustentáveis não fiquem confinadas à sala de aula. A

Educação Ambiental ganha consistência quando a instituição comunica, por suas decisões e rotinas, os valores que deseja promover.

A participação das famílias pode ampliar a continuidade entre experiências escolares e outros espaços de convivência. Como hábitos e valores são formados em diferentes contextos, a comunicação entre escola e comunidade contribui para reduzir contradições e multiplicar oportunidades de aprendizagem. Isso não significa impor padrões às famílias, mas criar diálogo sobre responsabilidades compartilhadas e possibilidades de cuidado.

Outro desafio está em superar uma visão exclusivamente informativa. Saber que determinado comportamento causa impacto ambiental não garante mudança de atitude. O processo educativo precisa combinar conhecimento, experiência, reflexão e participação. Na Educação Infantil, isso implica propostas concretas, linguagem adequada, oportunidades de escolha e repetição de ações significativas.

A transversalidade da Educação Ambiental, defendida nos documentos recuperados pelo estudo, exige ainda articulação com diferentes campos de experiência e situações escolares. O contato com natureza, as brincadeiras, a alimentação, a higiene, a organização dos materiais e o uso dos espaços oferecem oportunidades para inserir a dimensão ambiental sem fragmentá-la.

Assim, a formação docente pode contribuir para que o educador reconheça situações ambientais já presentes na rotina, em vez de depender exclusivamente de projetos extraordinários. O desafio consiste em desenvolver um olhar pedagógico capaz de identificar nessas situações oportunidades de formação de valores e de participação infantil.

Em síntese, o professor ocupa posição estratégica na Educação Ambiental porque medeia conhecimentos e, simultaneamente, representa práticas. Quando a instituição investe em formação e constrói coerência coletiva, aumentam as possibilidades de transformar a Educação Ambiental em componente permanente da experiência educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação teve como propósito analisar a importância da Educação Ambiental na Educação Infantil e discutir o papel da formação docente na construção de práticas capazes de contribuir para valores e hábitos sustentáveis. A partir do levantamento bibliográfico, verificou-se que a questão ambiental não pode ser compreendida apenas como conteúdo informativo, pois envolve cultura, valores, atitudes e formas de participação social.

O percurso histórico da Educação Infantil evidencia a transformação de instituições inicialmente marcadas por funções assistenciais em espaços reconhecidos também por sua responsabilidade pedagógica e formativa. Essa mudança fortalece a compreensão de que a escola infantil participa da construção de valores e, conseqüentemente, possui condições privilegiadas para desenvolver experiências relacionadas ao cuidado ambiental.

A trajetória da Educação Ambiental, por sua vez, demonstra progressiva ampliação de seu campo. As discussões internacionais, a institucionalização de políticas e a legislação brasileira reforçaram seu caráter contínuo, interdisciplinar e integrado. No âmbito escolar, essa concepção contrasta com práticas restritas a eventos, projetos ocasionais e datas comemorativas.

Conclui-se, portanto, que o problema proposto é contemplado quando se reconhece que a inserção da Educação Ambiental na Educação Infantil depende menos da realização de ações extraordinárias e mais da incorporação permanente de princípios ambientais às práticas escolares. A formação de valores ocorre no cotidiano e exige coerência entre o que se ensina e o que se realiza.

A formação docente apresenta-se como elemento decisivo nesse processo. Professores que compreendem os fundamentos da Educação Ambiental e conseguem relacioná-los à prática possuem melhores condições de criar experiências significativas, contextualizadas e adequadas às crianças. Ao mesmo tempo, não se pode atribuir essa responsabilidade exclusivamente ao professor: gestão, instituição, famílias e comunidade integram o ambiente formativo.

Por fim, o estudo sustenta que a Educação Ambiental desenvolvida desde a infância pode contribuir para a construção gradual de uma cultura de responsabilidade e cuidado. Seu potencial está na continuidade, no exemplo e na participação. Para que não se transforme em modismo, deve ser tratada como dimensão permanente da educação e como compromisso incorporado às relações e às escolhas cotidianas da comunidade escolar.

Essa compreensão também converge com orientações internacionais recentes, que defendem a integração da Educação Ambiental ao currículo, à formação docente e às práticas institucionais como condição para promover uma cultura de sustentabilidade desde a infância (UNESCO, 2024).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: Ministério da Educação, 1995.
- CASCINO, F. Educação Ambiental: princípios, histórias e formação de professores. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2003.
- COSTA, Ricardo da. A Educação Infantil na Idade Média. In: LAUAND, Luiz Jean (coord.). Revista VIDETUR, n. 17, 2002, p. 13-20.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
- KUHLMANN, Moysés. Educação Infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). História e memória da educação no Brasil. São Paulo: Vozes, 2005. v. 3.

PELICIONI, M. C. F. Educação em Saúde e Educação Ambiental: estratégias da escola promotora da saúde. Tese de livre-docência – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PELICIONI, M. C. F. Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental: Educação Ambiental como Processo Político. São Paulo: Manole, 2005.

SAUVÉ, L. La formación continua de profesores em Educación Ambiental: la propuesta de EDAMAZ. Université du Québec à Montreal, 2006.

UNESCO. *UNESCO launches new initiatives for greening education in classrooms*. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-launches-new-initiatives-greening-education-classrooms>. Acesso em: 5 ago. 2026.